CONCEPÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES CONTEMPORÂNEOS: O BAIRRO DE CIDADE ARACY EM SÃO CARLOS

Design of Contemporary Open Spaces: the Cidade Aracy Neighborhood in São Carlos

Maria Cecília P. B. de Lima
Bolsista FAPESP de Iniciação Científica
Graduação em Arquitetura e Urbanismo
IAU-USP, São Carlos
mariacecilia.lima@hotmail.com

Prof. Dr. Luciana B. M. Schenk

RESUMO

Se na Antiguidade se priorizava a concepção de espaços públicos na cidade, lugares da comunicação e convivência da população, no desenho urbano moderno e contemporâneo a concepção da forma urbana se altera. Desconsidera-se o ponto de vista do caminhante e o significado coletivo desses lugares, priorizando espaços privados e contribuindo para o esvaziamento de espaços públicos livres. Nas cidades brasileiras contemporâneas alguns espaços livres são denominados como *praça*, mas não apresentam qualidades condizentes com tal definição, já que se referem a espaços residuais ou sem projeto adequado. Por outro lado cria-se a situação de *parcialidade*, quando lugares adquirem características de praças sem que tenham sido projetados com essa intenção. Essa situação não envolve apenas características físicas, mas também, as relações entre população e espaço. A organização dos espaços públicos livres vincula-se ao desenho da forma urbana, suas modificações e o modo de apropriação da cidade. O processo de constituição do bairro de Cidade Aracy, em São Carlos, ilustra essa ideia a partir das alterações verificadas ao longo de sua consolidação.

Palavras-chave: cidade contemporânea; paisagem; praças; espaços livres; Cidade Aracy

ABSTRACT

In Antiquity the design of public spaces - the place of communication and collective life in the city - was prioritized. Changes occur in the modern and contemporary urban design. The pedestrian's viewpoint and the collective meaning of these public spaces are disregarded prioritizing private spaces and contributing to the renouncement of free public spaces. In some Brazilian cities contemporary spaces are termed as *square*, but do not have qualities consistent with this definition, as they relate to residual spaces or spaces without proper design. On the other hand there is a different situation when places acquire characteristics of squares without the proper design. This situation involves not only physical issues but the relation between people and space as well. The organization of free public spaces is linked to the design of urban form, its modifications and mode of appropriation of the city. The process of formation of Cidade Aracy neighborhood, in São Carlos, illustrates this idea according to changes over its consolidation.

Keywords: contemporary city; landscape; square, open spaces; Cidade Aracy

INTRODUÇÃO

Ao contrário do que se tinha na Antiguidade, a qual priorizava os espaços públicos nas elaborações urbanas (MORRIS, 1979), ou nas cidades europeias estudadas por Camillo Sitte (1889), na cidade moderna e contemporânea nota-se a maior importância atribuída aos espaços privados. Isso reduz possibilidades de percepção dos habitantes segundo o ponto de vista do caminhante e talvez possa explicar, em parte, o abandono de espaços públicos pela população, que desenvolve a sensação de insegurança com relação a locais abertos e expostos aos fluxos caóticos da cidade.

Os ideais funcionais e racionalistas característicos do planejamento urbano moderno contribuíram para o processo de esvaziamento dos espaços públicos e ofuscaram a importância das praças na organização da cidade, criando espaços pouco adequados ao encontro, às atividades coletivas, que são a essência da cidade, ambiente coletivo por natureza. Apesar do planejamento urbano contemporâneo apresentar divergências com relação à racionalização referente aos conceitos modernistas, ainda se nota a priorização dos fluxos mecânicos no desenho da cidade e a ênfase dos espaços privados.

Em uma sociedade na qual a vida pública e a atividade coletiva não se mostram essenciais no cotidiano de diversas cidades brasileiras contemporâneas, há o surgimento de espaços públicos que, apesar de receberem o nome *praça*, não apresentam qualidades condizentes com tal definição; é o caso de rotatórias, canteiros, espaços residuais entre a malha viária, entre outros.

Apesar de haver praças inadequadas à vida pública, existem espaços que podem ser propícios às atividades coletivas mesmo não sendo definidos formalmente como praças. Trata-se da situação de *pracialidade* (QUEIROGA, 2001), condição que caracteriza o espaço como local favorável ao encontro e comunicação da população na cidade, não considerando apenas seu caráter físico, mas também, o modo como o espaço é usado pela sociedade. É o caso de ruas, prédios e jardins que oferecem condições favoráveis à vida pública típica das praças. Portanto, nota-se que a natureza coletiva da cidade não é algo que tenha sido eliminada pelo planejamento urbano que prioriza o carro e a funcionalidade; porém o conceito de praça é modificado ao longo do tempo, alterando a concepção desses espaços no ambiente urbano.

A organização dos espaços públicos livres é um dos fatores que estão relacionados fortemente à forma urbana. Ao longo dos processos de constituição da cidade, ocorrem

diversas modificações de acordo com o modo de apropriação do espaço urbano; assim, não apenas a construção física desses espaços, como também, as dinâmicas coletivas contribuem para determinados desenhos da cidade, dependendo de especificidades do lugar.

A relação entre forma urbana, organização e apropriação de espaços livres será exemplificada neste artigo pelo estudo do bairro periférico de Cidade Aracy, na região sul da cidade de São Carlos, interior de São Paulo. O processo de constituição desse bairro ilustra como a forma urbana é construída a partir de espaços destinados à convivência da população. Para tanto, considera as alterações ocorridas no desenho do bairro, desde seu projeto de loteamento da década de 80 até as condições atuais, sendo possível apreender a conformação de lugares urbanos a partir de usos e costumes da população.

LEITURAS DA CIDADE

Na antiguidade grega e romana, a Ágora e o Fórum eram espaços públicos necessários à população da cidade para se reunir e possibilitar a comunicação entre os indivíduos, desde trocas de informações verbais até a troca de mercadorias. Em seu livro *Historia de la forma urbana: desde sus Orígenes hasta La Revolución Industrial* (1974), Morris destaca a importância que era atribuída aos espaços de convívio público na sociedade grega, sendo que a concepção de tais espaços era de maior relevância, se comparada à construção de espaços privados. Assim, a vitalidade da sociedade grega desse período histórico estava nas relações estabelecidas entre os indivíduos que atuavam em comunidade, que usufruíam das dinâmicas proporcionadas pela Ágora.

Camillo Sitte representou um dos primeiros pensamentos relacionados à cidade que propunha a retomada de certas qualidades percebidas nas cidades históricas, considerando a relevância dos espaços públicos característica da Antiguidade. Sitte contrapunha os fatores que proporcionavam maior proximidade entre os habitantes, à concepção urbanística moderna homogeneizante vigente na sua época, com principais representantes Otto Wagner e o Barão Haussmann.

Sitte destaca a importância desse tipo de espaço por meio da leitura das praças italianas concebidas desde a época pré-industrial em seu livro *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos* (1889). Neste texto reflete sobre a organização dos objetos da praça de maneira a destacá-los, a relação do entorno com a praça, a continuidade das arquiteturas, a disposição das ruas próximas, entre outros. Trata-se de uma análise física do

espaço em questão, de modo a entender o que faz dos espaços estudados no livro, locais que estabelecem proporções tão agradáveis à percepção humana, oferecendo situações adequadas à vida coletiva na cidade.

Sitte defende o caráter artístico dessas praças, perdido a partir do momento em que o automóvel direciona o planejamento da cidade, que passa a ser realizado por técnicos e especialistas. Critica o uso excessivo de formas geométricas para o desenho da cidade, que criam um ambiente racionalizado e estéril, ao contrário da dinâmica e vitalidade das ruas e edificações irregulares e de certa forma imprevisíveis, presentes no desenho das cidades italianas pré-industriais; aponta os problemas resultantes do predomínio da malha urbana em quadrícula, que resulta no pior tipo de cruzamento de vias, dificultando a passagem de automóveis e de pedestres pelas ruas; também questiona a monotonia criada pela homogeneização das fachadas dos prédios que se tornam blocos sólidos inseridos nesse ambiente urbano extremamente funcionalizado. Sitte menciona também as exigências com relação à saúde pública, que resultam em soluções puramente técnicas para a infraestrutura urbana, desvinculadas do caráter artístico da cidade.

Além disso, é feita a crítica ao plano concebido a partir da representação em plantas, sendo que a cidade deve ser elaborada de maneira tridimensional, considerando as diferentes situações topográficas que podem enriquecer o caráter proposto pelo desenho bidimensional. A representação bidimensional é uma abstração do ambiente urbano por parte dos profissionais da área, que terminam por desconsiderar o espaço real em seus projetos.

> "Assim, nos deparamos com um enigma – o enigma do sentimento artístico, inato e instintivo, que, entre os mestres antigos, visivelmente causava um efeito prodigioso sem o aparato de regras e postulados estéticos, ao passo que nós, armados de réguas e compassos, seguimos na berlinda pretendendo resolver com uma geometria canhestra as questões sutis do âmbito da sensação." (SITTE, 1992 (1889), p.35).

Aldo Rossi propõe em seu livro *A arquitetura da cidade* (1966), a cidade como arquitetura, ou seja, busca considerar não apenas as características visuais e o conjunto de arquiteturas da cidade, mas também interpretar a cidade como algo construído ao longo do tempo. E sendo a cidade um lugar de concentração de pessoas, essa construção se dá coletivamente: a vida dos indivíduos inseridos em uma sociedade, seus costumes, o diálogo entre vida coletiva e espaço urbano, são fatores que estão relacionados ao desenvolvimento da cidade, da arquitetura.

Rossi determina também o *locus*, “aquela relação singular, mas universal, que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar.” (ROSSI, 1998 (1966), p. 147).

Portanto, a cidade é elaborada de acordo com situações e interações específicas que se estabelecem entre indivíduo e espaço. Diante disso, a aplicação de projetos que não consideram as características pré-existentes do lugar apresenta grande chance de resultar em espaços subutilizados, ou mesmo utilizados de uma maneira diferente da imaginada. Isso poderia ocorrer mesmo quando o contexto local é estudado para a elaboração de um projeto.

Provavelmente, a constituição das cidades envolva um processo complexo, que consiste tanto na conformação do espaço físico como fator que informa as relações entre a população, como no potencial de transformação do espaço pelos costumes e convivência de pessoas.

A partir de seu crescimento, a cidade, sua população e seus usos constroem consciência e memória próprias, proporcionando uma visão universal e ao mesmo tempo particular, individual e bem como coletiva do ambiente urbano. Assim, ao aplicar essa ideia à cidade como um todo, têm-se pontos singulares no ambiente urbano, que referenciam fatos de importante repercussão para a população. São locais de memória que afirmam a identidade dos indivíduos com o lugar em que vivem e se tornam pontos referenciais na cidade, auxiliando a localização da população.

A identificação do espaço habitado se dá por meio de elementos urbanos marcantes, que remetem a determinados significados compreendidos pela população em geral. A praça é um desses elementos e pode ser classificada, de acordo com o texto de Lynch, *A imagem da cidade* (1960), como um *ponto nodal*, aquele ponto na cidade onde há concentrações e convergência de fluxos. É onde se tem o foco e a síntese de um bairro ou onde são estabelecidas relações entre bairros.

A PRAÇA NO CONTEXTO CONTEMPORANEO

A praça corresponde ao espaço urbano no qual ocorre o convívio e comunicação da população, de diversas maneiras: a partir da presença do comércio, de festas e manifestações de caráter religioso, político ou artístico; é também o local do encontro, da contemplação, do descanso e qualidade do passeio.

Porém, esses espaços livres de importante representação da cidade, que proporcionam tantas possibilidades de interação entre as pessoas, estão sendo abandonados gradativamente. Diante das modificações da cidade a praça passa a ser vista como um espaço que revela a desigualdade social, entre outros males da cidade.

Em alguns casos, os espaços livres são considerados perigosos, de má frequentação e o desenho do espaço pode não ser adequado às atividades públicas, ao estar, à comunicação. A população mais abastada evita tais lugares públicos por receio de dividir o mesmo espaço com a população miserável, que se torna muitas vezes o principal usuário das praças.

> "(...) a praça se constitui num índice de civilidade, de cidadania, de qualidade de vida urbana. A praça é um signo do lugar, revelador de contradições e conflitos sociais." (QUEIROGA, 2001, p. 61).

Além disso, as transformações que ocorrem na cidade e na sociedade ao longo do tempo desencadeiam a perda de significado de alguns lugares, bem como a constituição de novos significados. A nova configuração do espaço urbano e nova identificação da população resultam em usos diferenciados ou abandono de lugares.

Como signo do lugar, a praça reflete suas especificidades de inserção, há um diálogo estabelecido entre o entorno, a população que irá frequentar a praça, o *sistema de ações e objetos*. Existe um contexto que deve ser considerado para que o espaço exerça de fato o papel de uma praça, sendo esse contexto algo que varia de acordo com o local, de modo que o projeto da praça não deveria seguir um padrão.

Assim, notam-se espaços que condizem com as qualidades de praça em locais que não foram projetados intencionalmente para tal função, como ruas ou prédios (tem-se a situação de *pracialidade*, termo utilizado por Queiroga, que define as condições necessárias para atrair a vida pública característica das praças). O contrário também é válido: um projeto para uma praça, ao ser elaborado sem ter como referência o local no qual será inserido, resulta em um espaço sem uso, abandonado. Entretanto, o ambiente urbano é espaço dinâmico: um conjunto de edificações pode determinar o caráter dos fluxos, assim como a constante mudança desses fluxos podem estabelecer novas condições espaciais e assim por diante. Mesmo considerando o perfil de um espaço livre para a proposição do projeto de uma praça, não é certo que esse projeto terá todas as qualidades esperadas e adequadas à vida pública.

O BAIRRO DE CIDADE ARACY EM SÃO CARLOS

Figura 1: Carta denominada Praças em São Carlos em destaque localização do Bairro de Cidade Aracy
Fonte: Site da Prefeitura Municipal de São Carlos, 2011

São Carlos, cidade do interior de São Paulo com cerca de 220 mil habitantes, não possui um conjunto marcante de espaços públicos destinados ao lazer. Exceto pelo conjunto histórico de praças localizadas ao longo da Avenida São Carlos, que corta o centro comercial da cidade, além de outros poucos espaços de representatividade sutil espalhados pela cidade, não é possível destacar relevantes locais públicos destinados ao convívio da população fora desse eixo. Tal situação se repete no bairro Cidade Aracy, senão de maneira agravada, localizado na periferia da zona sul de São Carlos.

O crescimento da cidade de São Carlos e expansão de bairros periféricos como o de Cidade Aracy ilustra uma situação recorrente de degradação ambiental que vem ocorrendo em bacias hidrográficas localizadas em territórios de expansão urbana. Nos últimos 30 anos, a população de São Carlos e sua área de ocupação dobraram. O uso indevido do solo, resultante de interesses políticos e especulação imobiliária implicariam em diversos problemas ambientais, como deslizamento e erosão do solo, poluição da água, destruição da vegetação nativa, além de problemas e carências sociais para a população, normalmente de baixa renda, que ocupa tais regiões. São processos presentes na bacia do Córrego Água Quente, localizada na região sul, que envolve o bairro de Cidade Aracy, dentre outros bairros.

Diante das condições precárias resultantes do modo como o território da bacia do Córrego Água Quente vem sendo ocupado, a população que habita os bairros da região enfrenta diversos problemas de segregação territorial e social, notando-se pouca atuação do poder público nas áreas em questão. Apesar disso, existe certa tendência de organização de grupos de moradores, desvinculadas do governo, que atuam no bairro de modo a buscar melhores condições de vida.

A população que ocupa a área da bacia possui baixa escolaridade, sendo que parte do bairro apresenta os menores índices considerando todos os bairros localizados na bacia. As residências construídas no bairro de Cidade Aracy são de baixo padrão, muitas sem acabamento; quanto aos equipamentos urbanos, de fato são oferecidos à população serviços indispensáveis como creches, centros comunitários, escolas e postos de saúde, no entanto, espaços públicos de uso coletivo como parques e praças são escassos.

Cidade Aracy é um bairro cujo surgimento e crescimento se deu de maneira clandestina, encontrando-se em área de recarga do aquífero Guarani, portanto, de proteção ambiental. Desse modo, passou por um processo de legalização que implicou em diversas modificações de sua forma urbana. Além disso, devem ser consideradas as características que tornam o lugar impróprio para a construção de um bairro como a declividade e qualidade do solo.

Anteriormente, o local era propriedade da família Pereira Lopes, que a partir da década de 1980, iniciou a venda de lotes com a condição de que cada proprietário construísse o alicerce e um cômodo de sua residência para que pudesse ter posse de fato da terra. Foi feita a venda de meios lotes com a intenção de que posteriormente o proprietário possuísse condições de comprar o restante do lote (o que não ocorreu, em diversos casos). Nota-se então, que o crescimento de Cidade Aracy foi condicionado pela especulação imobiliária e

teve como público alvo indivíduos de baixo poder aquisitivo, sem condições de comprar um terreno na cidade.

Os lotes de Cidade Aracy não foram organizados em congruência com as curvas de nível do relevo e a proximidade com o Córrego de Água Quente, resultando em sua poluição e crescente assoreamento. Inicialmente, o bairro não possuía boa infraestrutura (instalações hidráulicas, esgoto, iluminação) sendo que, ao longo de seu crescimento, várias obras foram realizadas com intuito de melhorar essa situação, reforçadas inclusive por reivindicações da própria população do bairro.

Ainda existe um forte preconceito com relação ao bairro por parte do restante da cidade de São Carlos e até mesmo por parte dos moradores de Cidade Aracy, pois o bairro é visto como um local perigoso, desvinculado da cidade. Essa visão pode ser explicada, em boa parte, pela localização do bairro: o acesso ao local se dá por um pequeno trecho em serra, com curvas e declividade acentuadas.

LEGALIZAÇÃO DO BAIRRO E MODIFICAÇÃO DA FORMA URBANA

Segundo informações da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento de São Carlos, o processo de legalização do bairro de Cidade Aracy proporcionou diversas mudanças em sua forma urbana, desde o projeto de loteamento elaborado em 1982 até sua consolidação. A regularização do bairro pautou-se na Lei Federal 6766/79, que define que 35% da área total deve ser pública, considerando sistema viário, área verde e áreas institucionais; no Código Sanitário, Decreto nº 13069/78, que estabelece que o sistema de lazer deve ser 10% da área total a ser dividida; e na Lei Municipal 6808/71, que estabelece 18% de áreas públicas além do sistema viário.

O projeto de 1982 propunha grande quantidade de áreas verdes e de recreação que criavam um sistema de lazer contínuo, porém estavam dispostas de um modo pouco eficiente; tais áreas configuravam várias ruas confinadas, dificultando serviços básicos como coleta de lixo, passagem de ambulâncias e policiamento.

Figura 2: Projeto de loteamento do Bairro de Cidade Aracy - 1982
Fonte: Cópia de planta original de propriedade da Agropecuária e Administração de Bens Cidade Aracy LTDA

Figura 3: Detalhe do loteamento, em destaque o chamado sistema de lazer
Fonte: Cópia de planta original de propriedade da Agropecuária e Administração de Bens Cidade Aracy LTDA

Outro problema era a discrepância na localização das áreas públicas e proposição de usos inadequados: algumas áreas definidas como áreas verdes seriam ocupadas por campo de futebol, pela EMEB Arthur Natalino Deriggi e por um posto policial; era definida uma área institucional nas margens do córrego Água Fria, ignorando-se a Área de Preservação Permanente, APP; uma área definida como uso institucional seria ocupada pela Igreja N. S. de Guadalupe; lotes e sistema viário às margens do córrego de Água Quente, mais uma vez ignorando a APP; não estava definida área institucional para locação de caixas d'água da SAAE e para outros equipamentos públicos como creches e centro comunitário.

Algumas das propostas desse projeto foram concretizadas, porém não integralmente, ocorrendo diversas modificações ao longo da consolidação e regularização do bairro. Em 1992, uma carta dos lotes do bairro explicita algumas divergências com relação ao plano de 1982: as ruas confinadas não foram colocadas em prática, eliminando grande parte das áreas de recreação pré-estabelecidas. Além disso, nota-se que várias pontas de quadra, resquícios do sistema de lazer proposto pelo projeto de 1982, já estavam parceladas.

Por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta, em 2004 o loteamento do bairro mostra várias modificações, no que diz respeito à distribuição de áreas institucionais e verdes, aproximando-se da forma que o apresenta atualmente. A característica mais marcante desse novo loteamento é a redução significativa de áreas definidas como sistema de lazer: das extensas faixas de área verde estabelecidas no projeto de 1982, restam poucas pontas de quadra, além das áreas mais afastadas do bairro e próximas aos dois córregos presentes na região. Por outro lado, essas áreas mais afastadas foram maximizadas, possibilitando melhor preservação da vegetação nas margens dos córregos.

Na região próxima ao Córrego Água Quente foram removidos alguns lotes criando faixas de área verde lindeiras ao corpo d'água. Além disso, também foi definida uma área para a Horta Comunitária, junto às Secretarias Municipais de Agricultura e Abastecimento, Cidadania e Assistência Social; foram estabelecidas áreas destinadas a Programas Habitacionais de Interesse Social; e enfim, a regularização fundiária definindo o Loteamento de Interesse Social, reduzindo despesas no Cartório de Notas, com o pagamento de IPTU com valor máximo de R$35,00 mensais, a discriminação de dívidas de proprietários e regularização dos desmembramentos de lotes sem representar custos financeiros aos proprietários. Nesse período também foram realizadas obras de infraestrutura, como pavimentação de ruas e sistemas de drenagem de águas pluviais. Na gleba do CAIC, localizada no início da Avenida Regit Arab, foi feita recuperação da erosão e desmembramentos para regularização da Escola Municipal de Educação Básica (CAIC) e da Agência do Banco do Brasil. Na área do cemitério também foi proposto desmembramento e regularização.

Novas propostas foram elaboradas após atividade em campo realizada em 11 de maio de 2004, contando com a participação de moradores, representantes da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia e SMG (OP), do Ministério Público e Vereadores. A nova proposta engloba a criação de outras áreas de recreação e áreas verdes, reorganização de algumas áreas institucionais e definição de um centro esportivo.

CONCLUSÕES: VIDA COLETIVA EM CIDADE ARACY

A partir da frequentação do bairro de Cidade Aracy, é possível observar algumas características gerais. Primeiramente, os espaços públicos definidos na carta de São Carlos de Equipamentos Públicos, fonte e que de fato possuem um projeto, normalmente tem como público alvo crianças e jovens, priorizando equipamentos de recreação infantil, como playgrounds e campinhos de futebol. Este ultimo predomina ao longo do bairro, sem a devida manutenção, além de alguns campos corresponderem a apropriações improvisadas de terrenos privados ou públicos.

Enquanto que os moradores mais jovens ocupam esses espaços soltando pipa, jogando futebol ou andando de bicicleta, lazeres majoritariamente masculinos, a população mais velha parece preferir as calçadas e ruas próximas as suas casas ou estabelecimentos comerciais como espaços de convívio. É frequente a presença de pessoas sentadas ao longo de uma rua, às vezes com mobiliários improvisados (pedaços de madeira, peças de concreto, a própria calçada) ou retirados de suas próprias casas (bancos e cadeiras), conversando entre si. Isso mostra que a vida em espaços públicos nesse bairro acontece na própria rua, a qual se torna uma extensão de ambientes privados, estabelecendo uma proximidade entre casa e espaço público.

Figura 4: Imagem da Av. Nelson Orlandi, Bairro Cidade Aracy
Fonte: autora

Figura 4: Imagem da Rua Luiz Mascarim, Bairro Cidade Aracy
Fonte: autora

Em áreas mais movimentadas pelo comércio, com maior diversidade de usos, em conjunto com a presença de algumas residências, nota-se um ambiente dinâmico, onde é se destaca a presença de fluxos contínuos. São lugares onde a rua é sempre vigiada pelos olhos da vizinhança: comerciantes nas portas de suas lojas, pessoas sentadas em bares, adultos acompanhando crianças nas praças.

As situações de estar (moradores conversando ou ouvindo música em frente as suas casas) estão presentes principalmente nas ruas perpendiculares às avenidas que percorrem as pontas de quadra. Nessas ruas,ao longo da maior dimensão das quadras, há predominância de residências, o que confere à rua e à calçada um caráter de praça interna, usada pelos moradores do entorno. É como se os moradores se apropriassem dessas ruas como suas praças, mesclando a residência, calçada e rua. Algumas situações ilustram o uso desses espaços: pessoas sentadas nas calçadas conversando, música ligada em volumes altos, sem que isso pareça ser um incomodo para a vizinhança, criando, pelo contrário, um ambiente familiar, no sentido de que as relações de convívio e diálogo entre os moradores da área são de proximidade. Todos parecem se conhecer.

Já nas avenidas é marcante o fluxo de pessoas e até mesmo alguns veículos, além da movimentação resultante das atividades comerciais e das poucas praças construídas nas pontas de quadra.

A escassez de calçadas adequadas no bairro, inclusive nas áreas mais consolidadas, cria uma situação peculiar ao local: apesar da passagem pouco frequente de automóveis, algumas ruas estão em constante uso pelos pedestres, que consideram mais fácil caminhar pela via pavimentada e pouco movimentada, do que pelas calçadas irregulares ou inexistentes.

As características da vida coletiva no bairro de Cidade Aracy, ilustram a situação de *parcialidade*, já que as dinâmicas dessa natureza não acontecem apenas nos espaços definidos como praça. Pelo contrário, caracteriza fortemente o uso de algumas ruas e calçadas do bairro, mesmo sem a presença de projetos de praça. As formas de convivência coletiva estão nos lugares nos quais a população construiu uma identidade, e não necessariamente nos lugares determinados para desempenhar esse papel.

Portanto, o fenômeno que ocorre no bairro envolve o uso subversivo dos espaços livres que não foram objeto de projeto. Na realidade, as praças sinalizadas nas cartas de Cidade Aracy são pouco utilizadas, sendo preferível à população a frequentação de espaços que não foram projetados como praças, ou seja, as ruas e calçadas próximas às suas residências.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MORRIS, A. E. J. *Historia de La forma urbana: desde sus Orígenes hasta La Revolución Industrial*. Barcelona: GG, 1974.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*. São Paulo, 2001.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Martins Fontes, São Paulo, 1998.

SILVA, V. F. *Migrantes na periferia urbana: redes sociais e a construção do bairro.* Disponível em <http://n-a-u.org/pontourbe01/FerreiradaSilva.html> Acesso em: 19 set. 2012

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Ática, 1992.